

TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL E A INFÂNCIA E A JUVENTUDE POBRES: EXPERIÊNCIAS DO NÚCLEO UFSCAR DO PROJETO METUIA¹

Núcleo da Universidade Federal de São Carlos do Projeto METUIA²

Roseli Esquerdo Lopes³

Docente do Curso de Terapia Ocupacional da UFSCar

RESUMO

Trata-se da discussão de intervenções desenvolvidas com a população infanto-juvenil pelo Núcleo da Universidade Federal de São Carlos do Projeto Metuia, que se debruça sobre a investigação de ações em terapia ocupacional no campo social que se dediquem à criação e/ou à ampliação de redes sociais de suporte a grupos em situação de vulnerabilidade social. A partir de experiências em projetos comunitários, em abrigos, com crianças e adolescentes em situação de rua, crianças e adolescentes em situação de violência e exploração sexual, com jovens trabalhadores, em escolas públicas de ensino médio e em bairros periféricos com ações sócio-educativas, discute-se as políticas sociais para essa população e seus efeitos. Neste campo, a maior parte dos projetos ocorre através de Organizações Não-Governamentais que contam, em grande parte, com financiamento público. No Brasil, a criança e o adolescente são considerados sujeitos em situação peculiar de desenvolvimento para os quais deve haver prioridade de atenção e atendimento, segundo lei nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Nesse contexto, investiga-se as possibilidades das intervenções direcionadas a essa população, as contribuições da terapia ocupacional e o investimento em novas tecnologias de cuidado que se traduzam na ampliação de suas redes sociais de suporte, buscando-se, pelo menos, amenizar os fatores de vulnerabilidade aos quais estão expostos crianças e jovens nas cidades brasileiras.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional Social; Infância e Juventude; Cidadania e Direitos; Redes Sociais de Suporte; Projeto Metuia.

¹ Recebido em 06 dezembro de 2006 e aceito para publicação em 12 de fevereiro de 2007

² Este texto é uma produção coletiva do Núcleo UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) do Projeto METUIA referente às ações direcionadas à infância e à juventude em situação de vulnerabilidade social. Esse Núcleo é coordenado pela Profa. Dra. Roseli Esquerdo Lopes e composto, nesta temática, pelas terapeutas ocupacionais: Ana Paula Serrata Malfitano, Beatriz Akemi Takeiti, Carla Regina Silva, Diana Basei Garcia, Patrícia Leme de Oliveira Borba e Paula Giovana Furlan. Parte deste trabalho foi apresentada no 14th Congress of the World Federation of Occupational Therapists, realizado em Sydney, Austrália, em julho de 2006, assim como no Mini-Curso: Terapia Ocupacional no Campo Social, ministrado pela Profa. Dra. Roseli Esquerdo Lopes na XIV Semana de Estudos de Terapia Ocupacional da UFSCar, realizada em São Carlos, em setembro de 2006.

³ Professora Associada do Departamento de Terapia Ocupacional e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar, Coordenadora do Projeto Metuia.

SOCIAL OCCUPATIONAL THERAPY AND POOR CHILDHOOD AND YOUTH: EXPERIENCES FROM UFSCAR CORE OF METUIA PROJECT

ABSTRACT

This paper is about a work that researches actions in occupational therapy in the social field, from Metuia Project, at 'Universidade Federal de São Carlos' section, which is dedicated to create and/or to increase the social supporting nets for groups in social vulnerability. We discuss about the social policies for this population and their effects from the experience developed in community projects, in shelters, with street children and teenagers, children and teenagers under sexual exploitation, young labors, in public high schools, and in peripheral neighborhoods with social and educational interventions/actions. In this field, most of the projects are developed by Non-Governmental Organizations, and most of them have public award. In Brazil, the children and teenagers are considerate people at a peculiar developing period of time, with rights, according to national law, the 'Estatuto da Criança e do Adolescente' (Statute of Children and Teenagers). In this context, we wish to investigate the possibilities and limits of the intervention for this population, the occupational therapy contributions, and the investment in new technologies for caring, which translate themselves in making the social supporting nets needed increasingly available for those children and teenagers, trying to decrease the vulnerability factors which they are exposed to.

Key words: Social Occupational Therapy; Childhood and Youth; Citizenship and Rights; Supporting Social Nets; Metuia Project.

INTRODUÇÃO

O campo social implica uma leitura da realidade e da problemática expressa pela pessoa que só se alcança através de recorte metodológico específico que seja capaz de revelar e interagir com aquilo que se oculta nas manifestações que apenas de forma superficial e reducionista podem ser vistas como restritas ao indivíduo. É preciso trabalhar e desenvolver instrumentos para a interpretação da realidade pessoal-social e, também, guias para a atuação em um universo

complexo de interações e interconexões (BARROS et al., 2005a)³.

À luz desses conceitos, o Programa de Extensão da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar): METUIA – Terapia Ocupacional no Campo Social⁴ – tem se dedicado à realização de estudos, pesquisas, formação de alunos de graduação e implementação de intervenções no campo social que discutam o papel social dos técnicos, em especial do terapeuta ocupacional, e suas contribuições no enfrentamento de problemáticas contemporâneas.

⁴ Os Projetos desenvolvidos pelo Programa de Extensão METUIA contam com o apoio do Departamento de Terapia Ocupacional da UFSCar, bem como da Pró-Reitoria de Extensão da UFSCar, além de outros financiamentos solicitados e parcerias desenvolvidas.

O Projeto METUIA é um grupo interinstitucional de estudos, formação e ações pela cidadania de crianças, adolescentes e adultos em processos de ruptura das redes sociais de suporte, do qual participam docentes, discentes e profissionais da área de terapia ocupacional de Universidades paulistas (BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2002)². O Núcleo UFSCar tem estabelecido parcerias com projetos sociais de organizações governamentais e não-governamentais com o objetivo de apreender a realidade da infância e, principalmente, da juventude brasileira, realizar formação acadêmica, desenvolver pesquisas e reflexões sobre o fomento de tecnologias de cuidado no campo social, com enfoque no fortalecimento das redes sociais de suporte.

TERAPIA OCUPACIONAL NO CAMPO SOCIAL

Conforme Lopes (1999)⁸, a partir dos anos 70 e 80, a crítica ao desenvolvimento da assistência em saúde e em reabilitação, feita por movimentos sociais, coloca em cena demandas de atenção em relação à saúde mental, à saúde da pessoa com deficiência, aos idosos, às crianças e aos adolescentes, dentre outros grupos populacionais. Trata-se do questionamento, nesse momento, da centralidade da assistência hospitalar e de caráter asilar para alguns daqueles grupos e filantrópica e beneficente para outros, bem como de discussões acerca da necessidade de implementação de políticas sociais para ampliar o acesso à saúde, à educação, ao trabalho e a melhores condições de vida para a população.

Nesse contexto, terapeutas ocupacionais passam a propor e desenvolver ações territoriais, comunitárias e extra-hospitalares, cujas tendências, orientações e preocupações necessitam de sistematização. Um dos eixos que vem a se constituir é o da

crítica à organização de serviços e de propostas assistenciais. Aponta-se a necessidade de uma agenda de políticas sociais que considere as demandas daqueles grupos populacionais. Outro é o da reflexão sobre a atomização do saber e sobre as estratégias reducionistas de abordagens de questões complexas, que terminam por reduzir a pessoa que sofre aos próprios sinais e manifestação da dor, da incapacidade ou de suas desvantagens (BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2002, p.366)².

Procurando construir uma apreensão aprofundada dessas questões, o Projeto METUIA defende a necessidade de uma abordagem complexa pela terapia ocupacional de problemáticas a ela vinculadas, e recoloca a proposição de uma área social no campo da terapia ocupacional:

retomando os movimentos sociais e os processos de desinstitucionalização que favoreceram o desenvolvimento da atenção extra-clínica em terapia ocupacional, através de um diálogo privilegiado com as ciências humanas; problematizando o conceito de atividade, a partir de uma perspectiva que o inscreva num contexto sócio-cultural, o qual atribui sentidos particulares e específicos à atividade; analisando as políticas públicas voltadas para a população alvo da terapia ocupacional, assim como a organização dessa população para a defesa e a garantia de seus direitos; propondo métodos de abordagem que

permitam trabalhar as atividades em terapia ocupacional como instrumento de emancipação pessoal e social (BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2002, p.366)².

A terapia ocupacional social busca um maior compromisso com a população que assiste por meio do conhecimento da sua realidade, das suas necessidades e das maneiras pelas quais as pessoas compreendem o seu mundo e o seu cotidiano. Promove um espaço para reflexões das possibilidades e limites da atuação na atenção a grupos sociais em processos de rupturas das redes sociais de suporte, exigindo um perfil profissional aberto às necessidades do outro, esse outro, aliás, contextualizado e em permanente relação com um meio que o produz e é produzido por ele, no qual o terapeuta ocupacional também participa e intervém (BARROS, GHIRARDI e LOPES, 2002)¹.

Esta nova proposição espera que o profissional rompa os limites estabelecidos pelos muros da instituição, que acesse o usuário em seu território. A noção de território aqui considerada baseia-se não só na delimitação geográfica de uma região, mas pressupõe, também, sua constituição histórica e as relações socioeconômicas e culturais que nele se dão (OLIVER e BARROS, 1999)¹⁴.

Nele [o território] pode-se observar diferentes maneiras de existir, sonhar, viver, trabalhar e realizar trocas sociais. Essa noção exige que se tenha a compreensão de intervenção em saúde que supere a noção de risco, que isola e escolhe determinadas variáveis, geralmente de ordem biológica, para o desenvolvimento das ações de saúde. A

intervenção em saúde deve estar pautada pela noção de chances de vida, que busca trabalhar a partir de uma visão do ambiente ecológico e social em que estas vidas se tecem (BARROS, GHIRARDI e LOPES, 2002, p 100)¹.

A contextualização territorial traz outros âmbitos para o desenvolvimento do trabalho, possibilitando que o processo proposto pela terapia ocupacional possa ser ampliado para a construção de novas abordagens, para a utilização de novos espaços, para as dimensões macroestruturais, co-relacionando aspectos que, na prática, não se isolam, são permeados uns pelo outros.

INFÂNCIA E JUVENTUDE DE GRUPOS POPULARES NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Os ensaios e estudos sobre o percurso sócio-histórico da infância e juventude⁵ brasileiras advindas de grupos populares, em sua maior parte da classe trabalhadora, enfatizam, em sua maioria, os processos de institucionalização e de violência que não produziram (e não produzem) mudanças no lugar social ocupado por essa população. As políticas públicas, nesse campo, no Brasil, percorrem uma trajetória jurídica que traça um percurso iniciado na filantropia e que se busca direcionar para o estabelecimento de direitos decorrentes da cidadania (LOPES, SILVA e MALFITANO, 2006)¹¹.

Estes fatos, ao longo da história brasileira no que se refere ao cuidado das crianças e adolescentes pobres, levaram à criação e à atuação de muitas instituições que, em sua grande maioria, eram ligadas a ordens religiosas. Atualmente, estas mesmas instituições têm se configurado como Organizações Não-Governamentais (ONGs) e favorecem uma cultura social brasileira inserida no ideário político neoliberal e

⁵ Trabalha-se com o conceito de juventude, enquanto faixa etária que a compõe, a partir do estabelecido pela Organização Mundial de Saúde, ou seja, os indivíduos entre 15 e 24 anos. Assim, engloba-se nesse conceito, igualmente, parte do período da adolescência definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, a saber: 12 a 18 anos. Quando se fala de adolescentes e jovens, fala-se, então, de uma faixa etária que vai de 12 a 24 anos. Não se debruça, neste trabalho, sobre a discussão do conceito de juventude.

num contexto de extrema desigualdade social, na qual a intervenção com esta população é feita pela sociedade civil, em muitos casos com parceria do Estado, e não através de serviços públicos diretos.

Tal percurso fundamenta uma atuação histórico-política predominante, com um repertório de ações para crianças e jovens de grupos populares que constituíram um imaginário social calcado na benemerência e na subalternidade (MARCÍLIO, 1998)¹², em contraposição a um ideário do campo de uma cultura de direitos.

Em termos jurídicos, o Brasil reconhece sua criança e seu adolescente como sujeitos de direitos e em situação peculiar de desenvolvimento, independente da condição sócio-econômica, de gênero e de etnia, princípio instituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, regulamentado pela Lei Federal 8069/90 (ECA – BRASIL, 1990)⁵.

O ECA representa um avanço, do ponto de vista social e jurídico, e é fruto de intensa mobilização social, consoante com o contexto predominante do final da década de 1980, de luta pela retomada e pela ampliação de direitos e da democracia na sociedade brasileira.

Contudo, o estabelecimento da lei, por si só, não garante o exercício de direitos por ela assinalados.

A referência social, no senso comum, às crianças e aos adolescentes no Brasil esteve sempre relacionada a um crivo de classe social, sendo que aqueles advindos das classes populares carregaram, e ainda carregam, o estigma da pobreza, do abandono e da periculosidade.

Do ponto de vista jurídico, o Brasil inicia a legislação em torno da infância e da juventude em 1927, com o estabelecimento do Código de Menores, revisando-o em 1979 e instituindo o Novo Código de Menores, basicamente uma nova edição do anterior.

Associava-se a proteção ao controle penal, criando a categoria “menor” para aqueles que necessitavam de

alguma assistência. Fossem os “abandonados”, fossem aqueles que cometiam algum ato infracional – os infratores, ambos eram taxados de “menores”. Configurava-se como uma legislação apenas para esses “menores”, ou seja, para os que tinham “menoridade social”, crianças e adolescentes pobres (VOGEL, 1995)¹⁶.

Constituiu-se, assim, um imaginário popular sobre a infância e juventude associando, o que até hoje é presente, a pobreza e o delito, o abandono e a infração, reforçando uma articulação causal sobre origem de classe e condição jurídica de vida.

A denominação “menor” tornou-se sinônimo de criança e adolescente pobre. Após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, instituiu-se o termo crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, e, mais recentemente, vêm sendo referidos como crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Contudo, a hegemonia estabelecida no imaginário sócio-cultural a partir da abordagem definida pelo antigo “Código de Menores” somada ao patamar de extrema desigualdade social vivenciado pela sociedade brasileira, faz com que o ideal da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, encontre uma realidade de significativa vulnerabilidade social na qual as perspectivas de projetos de futuro são, muitas vezes, fugazes e longínquas.

É neste espaço, entre o marco do direito e o cotidiano do não exercício do mesmo, que projetos sociais têm se dedicado à atenção dessa população, buscando intervir na ampliação das redes sociais de suporte de crianças, adolescentes e jovens pobres no Brasil.

Nossas experiências nesse campo se dão por meio de parcerias entre a Universidade e projetos sociais desenvolvidos no âmbito governamental e não-governamental. Assinala-se a relevância de tais

experiências na esfera da intervenção com essa população e a articulação que produzem com relação a ações no escopo micro-social, contudo, faz-se necessário apontar importantes fragilidades das mesmas.

Grande parte dos projetos e ações desenvolvidas para a atenção de crianças e jovens de classes populares se dá através de organizações não-governamentais (ONGs), com financiamento público, conforme dito anteriormente. Tais projetos apresentam como característica o fato de serem pontuais, sendo que não é garantida a sua continuidade, em virtude, principalmente, da questão do financiamento dos mesmos. Isso acaba por ocasionar uma focalização e uma transitoriedade das experiências que não chegam a se consolidar, produzindo impactos bastante restritos em relação às problemáticas para as quais se direcionam. Sua pequena incorporação pela esfera pública, fundamentalmente enquanto política pública que lide com os direitos decorrentes da cidadania e que, portanto, devem atendê-los, produzi-los e ampliá-los (MONTAÑO, 2002)¹³, limitam fortemente a possibilidade de resultados efetivos, sendo que a maioria deles propicia “apenas” resultados pontuais (SPOSITO, SILVA e SOUZA, 2006)¹⁵.

Esses fatos não refletem a priorização assumida pelo Brasil em torno da criança e do adolescente, segundo o ECA. Questiona-se, então, sobre qual a possibilidade de impacto real em complexas problemáticas, se a maioria das propostas em andamento no país restringe-se a projetos-parcerias-transitórios.

Por outro lado, vale destacar a relevância da função social desempenhada por esses projetos, especialmente no campo da produção de subjetividades mais fortalecidas diante da vulnerabilidade.

Considera-se que a complexidade de projetos com essa população demanda uma maior incorporação por parte do Estado, nos diferentes níveis de gestão e instituições,

bem como um lugar de efetiva prioridade para que se possa, a partir de uma sustentabilidade mínima enraizada, lançar-se ao desafio da mudança de trajetórias de vidas de muitas de nossas crianças e adolescentes.

QUANDO CRIANÇAS E JOVENS ASSUMEM A CENA...

Os principais projetos que o Núcleo UFSCar desenvolveu nos últimos anos foram:

- *Projeto Casarão: Centro de Cultura e Convivência da Celso Garcia (1999-2002)*

Ação comunitária desenvolvida pelo Núcleo da Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) do Projeto METUIA em parceria com o Movimento Social de Luta por Moradia Urbana da cidade de São Paulo-SP com o intuito de criar um Centro de Cultura e Convivência para crianças, adolescentes e jovens da comunidade.

- *AFAGAI – Associação Fraternal de Apoio Global ao Adolescente e à Infância (2003-2004)*

Realização de trabalho com a equipe de profissionais local, inserção de oficina de atividades e realização de um mini-vídeo produzido pelos adolescentes moradores da instituição. Trata-se de um abrigo destinado a crianças e adolescentes em situação de rua e usuários de substâncias psicoativas, em Campinas-SP.

- *Projeto Rotas Recriadas: Crianças e Adolescentes Livres da Violência e da Exploração Sexual (2004-2005)*

Projeto articulado pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente com a Prefeitura Municipal de Campinas através das Secretarias de Cultura, Educação, Assistência Social e Saúde e Organizações

Não-Governamentais para a criação de ações destinadas ao enfrentamento da violência sexual de que são vítimas crianças e adolescentes. Trabalhou-se com oficinas de imagem, com enfoque no recurso fotografia, em dez locais de referência do projeto, na cidade de Campinas-SP.

- *Projeto “In-formar-ação comunitária: Escolas e Projeto Gente Nova”* (2005-2006)

Atividade complementar ao período escolar no âmbito da educação não formal com crianças e adolescentes populares urbanos. Integra-se seis núcleos de produção de informação para o jornal comunitário formado por adolescentes (um núcleo situado no Progen – Projeto Gente Nova – e cinco nas escolas públicas de ensino médio e fundamental parceiras) – Campinas/SP.

- *Jovens Trabalhadores na Universidade* (2004-2006)

Através de Oficinas de Atividades se lida com as condições de vida, os problemas e as perspectivas de estudo e vida escolar, bem como de trabalho de adolescentes de grupos populares, tomando-se o caso dos meninos e meninas que trabalham na UFSCar por meio do convênio desta com uma instituição de assistência social e educacional de São Carlos (SP).

- *Recriando Caminhos e Construindo Perspectivas: Enfretamento das Violências Urbanas entre Adolescentes e Jovens de Grupos Populares* (2005-2006)

Realização de Oficina de Atividades, com o tema da violência e políticas públicas, com a participação de adolescentes e jovens de escolas do ensino médio, em São Carlos-SP, e de instituições que trabalham com meninos em situação de rua, em Campinas-SP.

TERAPIA OCUPACIONAL, ATIVIDADES E O FORTALECIMENTO DE REDES SOCIAIS DE SUPORTE

A opção pela realização de atividades com esta população insere-se em um processo de busca do sentido, com vários caminhos que se apresentaram enquanto reflexões, significantes e significados.

Visualiza-se a terapia ocupacional no contexto de intercâmbio em que se realiza, fazendo com que o técnico seja dependente da interpretação e da compreensão da realidade na qual se propõe a intervir.

A discussão sobre os possíveis lugares do técnico e a consolidação do consenso hegemônico em torno da conservação dos interesses da classe social dominante ou a construção de um dissenso contra-hegemônico que busque transformar o ordenamento vigente, são pautas fundamentais (LOPES, 2004)⁹.

As atividades passam a ser percebidas enquanto processos e interpretações mediativas entre nós e os fenômenos e, assim, são construídas na comunicação, na experiência e na situação vivida segundo a história, as práticas sociais e os valores culturais que cada pessoa ou grupo social realiza de forma particular (BARROS, GHIRARDI e LOPES, 2005)⁴.

Este referencial implica o aprofundamento de uma análise das relações inscritas do contexto sócio-histórico que permeiam o fazer. Tendo sempre presente a marca da historicidade dos sujeitos, somada ao desafio dos diferentes projetos sociais em criar meios para o fortalecimento da rede de suporte pessoal e social. As atividades ocupam a significância da construção de relações mais qualitativas de convivência, um fazer onde se possa protagonizar a experimentação/vivência de uma nova forma de estar, de relacionar-se com o outro, de conviver.

Ao terapeuta ocupacional cabe, a partir do que é trazido

no grupo, ouvir, polemizar, dialogar, esclarecer e, muitas vezes, confrontar questões e/ou colocações dos adolescentes e jovens. Esta é uma das tarefas relevantes: transcender o senso comum do bate-papo e poder ser percebida enquanto intervenção e ação técnica, na qual a convivência, a cidadania e os direitos são a pauta principal.

Esta dimensão é dada na medida em que se teoriza a prática concretizada, também, no cotidiano, a partir do melhor entendimento da dimensão dos assuntos trazidos pelos adolescentes durante o 'fazer'. Este está impregnado por valores morais e de classe, por regras de condutas, que devem ser discutidos, problematizados. Nesse processo, são apresentados novos conceitos, visando, como fim, à discussão de direitos e à busca da cidadania plena.

Com isso, percebe-se uma postura diferenciada e constante, assumida pelos sujeitos do 'fazer' que implica no compartilhamento de valores sem julgamento, na disponibilidade interna para a escuta e, como consequência, a produção e potencialização de vínculos entre eles.

Qualificar a ação técnica terapêutico-ocupacional através da construção de metodologias adequadas para as realidades com as quais se trabalha é um dos caminhos que se tem buscado na construção destas práticas.

Disponibilizar-se para conhecer as atividades de interesse desta população, aprender novos recursos, compreender a atividade como elemento-meio, faz-se necessário e rico para novas vivências, para a mudança de formas de comunicação e para a criação de novas maneiras de ser, estar e conviver que contribuam para um fortalecimento pessoal e social das crianças, adolescentes e jovens de grupos populares.

A proposição se dá na direção da criação de espaços que se dediquem à criação e/ou ao fortalecimento das

redes sociais de suporte que aquelas crianças, adolescentes e jovens estão inseridos.

São referências os conceitos do sociólogo francês Robert Castel para o embasamento da proposição das intervenções. Segundo este autor, podemos encarar as situações de privação como um efeito resultante da conjunção de dois eixos: o da relação de trabalho (com uma gama de posições do emprego estável à ausência completa de trabalho, passando por formas precárias, intermitentes de ocupação) e o da inserção relacional (também com um leque de posições entre a inscrição nas redes sólidas de sociabilidade e o isolamento social total). O recorte desses dois eixos circunscreve zonas diferentes do espaço social: zona de integração – onde se dispõe de garantias de um trabalho permanente e se pode mobilizar suportes relacionais sólidos; zona de desfiliação – neste espaço se conjuga ausência de trabalho e isolamento social implicando uma dupla ruptura das redes de sociabilidade e participação; zona de vulnerabilidade – que associa precariedade do trabalho e fragilidade relacional (CASTEL, 1994 e 1999)^{6,7}.

As fronteiras entre as zonas são porosas e a desfiliação alimenta-se da dinâmica que associa precariedade de trabalho e fragilidade relacional, ou seja, da vulnerabilidade, que se expande em função da conjuntura econômica, das situações de guerra (declaradas ou 'silenciosas' como conhecemos no Brasil), da miséria e da escassez. Por outro lado, uma boa inserção relacional sócio-familiar pode compensar e/ou minimizar os efeitos de uma situação de não-integração nas relações de trabalho, assim como uma boa inserção neste último faz com que se possa buscar, via mercado muitas vezes, criar e/ou ampliar relações sociais próximas. Ou seja, a dimensão econômica, que no caso das classes populares passa pelo acesso ao trabalho/emprego, embora fundamental, não é determinante. Para essas classes, "sempre mais ou menos pobres", na medida em que não dispõem dos meios de produção para o trabalho, o

coeficiente de inserção social pode posicionar seus indivíduos em espaços menos vulneráveis (LOPES, 2006)¹⁰.

Castel define, ainda, um quarto espaço social onde se associa não-trabalho por incapacidade de trabalhar e um forte coeficiente de inserção social: a zona de assistência – dependência segura e integrada.

Nesse sentido, pode-se caracterizar as redes sociais de suporte de forma dinâmica, processual, onde sua presença, rupturas maiores ou menores e ausência são resultados de modalidades de existência social que vão de um pólo de autonomia a um pólo de dependência.

Ampliar, fortalecer e criar redes sociais de suporte implica, para indivíduos, sociedade civil e poder público, atuar nesses processos.

Sendo assim, trabalha-se em intervenções em terapia ocupacional no campo social direcionadas a crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social e de desfiliação enquanto estratégias para a criação e/ou o fortalecimento das redes sociais de suporte para essa população, visando à sua maior autonomia e inserção social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARROS, D. D.; GHIRARDI, M. I. G. e LOPES, R. E. Terapia Ocupacional Social. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**. São Paulo – SP. V.13, n.2, p.95 - 103, 2002.
2. BARROS D. D.; LOPES, R. E.; GALHEIGO, S. M.. Projeto Metuia – terapia ocupacional no campo social. **O Mundo da Saúde**, Vol. 26, n.3, p. 365-369, 2002.
3. BARROS, D. D.; GALHEIGO, S. M.; LOPES, R. E.; GALVANI, D. The Metuia Project in Brazil: ideas and actions that bind us together. In: In: KRONENBERG, F.; SIMÓ ALGADO S.; POLLARD, N. (Org.). **Occupational Therapy without borders: learning from the spirit of survivors**. 1a. ed. Londres: Elsevier Science Ltd - Churchill Livingstone, 2005a, V. 1, p. 402-413.
4. BARROS, D. D.; GHIRARDI, M. I. G.; LOPES, R. E. Social occupational therapy: a socio-historical perspective. In: KRONENBERG, F.; SIMÓ ALGADO S.; POLLARD, N. (Org.). **Occupational Therapy without borders: learning from the spirit of survivors**. 1a. ed. Londres: Elsevier Science Ltd - Churchill Livingstone, 2005, V. 1, p. 140-151.
5. BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo : Cortez, 1990.
6. CASTEL, R. Da indigência à exclusão, a desfiliação. Precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI, A. (Org.) **Saúde Loucura**, n.4. São Paulo: Hucitec, 1994, p.21-48.
7. CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
8. LOPES, R. E. **Cidadania, políticas públicas e terapia ocupacional**. Campinas, 1999. 539p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da UNICAMP.
9. LOPES, R. E. Terapia ocupacional em São Paulo – um percurso singular e geral. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**. UFSCar : São Carlos, Vol 12, n. 2. 2004. p.75-88.
10. LOPES, R. E. Redes sociais de suporte. In: PARK, M. B., FERNANDES, R. S. (Org.) **Verbetes de educação não-formal**. 2006. Prelo.

11. LOPES, R. E.; SILVA, C. R.; MALFITANO, A. P. S. Adolescência e Juventude de Grupos Populares Urbanos no Brasil e as Políticas Públicas: Apontamentos Históricos. **Revista HISTEDBR Online**, V. 23, p. 114-130, 2006.

12. MARCÍLIO, M.L. **História social da criança abandonada**. São Paulo : Hucitec, 1998.

13. MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo : Cortez, 2002.

14. OLIVER, F. C. e BARROS, D. D. Reflexionando sobre desinstitucionalización y terapia ocupacional. **Materia Prima. Primera Revista Independiente de Terapia Ocupacional en Argentina**, Argentina, V.4, n.13, p.17-20, 1999.

15. SPOSITO, M. P., SILVA, H. H. C., SOUZA, N. A. **Um balanço preliminar de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas**. Relatório de pesquisa. http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/pf/nac_juv.pdf. Acesso em janeiro de 2006.

16. VOGEL, A. Do Estado ao Estatuto – Propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. In: PILOTTI, F. e

17. RIZZINI, I. (Org). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro : Instituto Interamericano Del Nino, Universidade de Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995, p. 299-367.